



SME SÃO LEOPOLDO-RS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LEOPOLDO - RIO GRANDE DO SUL

PROFESSOR DE CURRÍCULO/SÉRIES INICIAIS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico / Matemática
- ▶ Informática
- ▶ Fundamentos da Educação
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Legislação

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026



BÔNUS

ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✕ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✕ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✕ Questões gabaritadas
- ✕ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SME SÃO LEOPOLDO-RS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
SÃO LEOPOLDO - RIO GRANDE DO SUL

Professor de Currículo/
Séries Iniciais

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026

CÓD: SL-111FV-26
7908433292012

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	9
2. Tipologia textual e gêneros textuais	12
3. Variedade de textos e adequação de linguagem	14
4. Figuras e funções da linguagem.....	14
5. Estruturação do texto e dos parágrafos	17
6. Informações literais e inferências	18
7. Análise global do texto; Coesão e coerência textual	18
8. Ortografia oficial	19
9. Relações entre fonemas e grafias	21
10. Acentuação gráfica.....	23
11. Morfologia; Classes de palavras e seu emprego	25
12. Flexões de palavras	33
13. Significação de palavras e expressões.....	36
14. Estrutura e formação de palavras	37
15. Estruturas sintáticas; Processos de coordenação e subordinação	39
16. Concordância nominal e verbal	42
17. Regência verbal e nominal.....	44
18. Equivalência e transformação de estruturas.....	47
19. Discurso direto e indireto	48
20. Colocação pronominal	50
21. Crase	51
22. Pontuação	52

Raciocínio Lógico / Matemática

1. Resolução de problemas de raciocínio matemático: Operações entre números reais	65
2. Teoria dos conjuntos.....	67
3. Grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais. Razão e Proporção	70
4. Regra de três simples e composta	71
5. Porcentagem.....	72
6. Juros simples e compostos	74
7. Resolução de equações polinomiais do 1º e 2º grau	77
8. Cálculos estatísticos. Média, Moda e Mediana.....	79
9. Análise e interpretação de gráficos e tabelas	81
10. Sistema de medidas: comprimento, capacidade, massa e tempo (unidades e transformação de unidades)	86
11. Resolução de problemas de raciocínio lógico: Sentenças abertas; proposições lógicas simples e compostas; conectivos lógicos (conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional e bicondicional); negações; número de linhas de uma tabela-verdade; valores lógicos das proposições e construção e interpretação de tabelas-verdade	90
12. Raciocínio sequencial, dedução	96
13. Associação entre elementos (pessoas, objetos, lugares, eventos)	97

Informática

1. Fundamentos de informática e tecnologias digitais: conceitos básicos de hardware e software.....	105
2. Sistemas operacionais: windows e linux – princípios, navegação, gerenciamento de arquivos e configurações básicas....	109
3. Noções de computação na nuvem: google drive, onedrive e ambientes de armazenamento online	135
4. Softwares antivírus: conceitos, prevenção e boas práticas de segurança digital. conceitos básicos sobre vírus, malwares e cibersegurança escolar.....	138
5. Conhecimentos sobre microsoft office (versões mais atuais ou microsoft 365): word, excel, powerpoint, outlook – funcionalidades essenciais no ambiente escolar	143
6. Ferramentas colaborativas: google docs, google planilhas, google apresentações, google formulários. aplicações práticas no contexto escolar: produção de materiais didáticos, organização de atividades e relatórios.....	183
7. Internet e intranet: conceitos, funcionamento e aplicações na escola. navegação segura: boas práticas, proteção de dados, combate à desinformação. motores de busca. noções de conectividade: redes wi- fi, roteadores e dispositivos móveis em contextos educacionais	186
8. Serviços de internet: e-mail e grupos de discussão	191
9. Tecnologia educacional: ferramentas e recursos digitais que apoiam o ensino e aprendizagem. uso de recursos digitais no planejamento e execução de aulas: apresentações, jogos educativos, objetos digitais de aprendizagem (ODAs). ambientes virtuais de aprendizagem (AVA): moodle, google classroom e similares. softwares e aplicativos educacionais: kahoot, canva, scratch, educaplay, genially, wordwall, padlet entre outros. realidade virtual e realidade aumentada na educação. plataformas educacionais online	196
10. Computação plugada e desplugada. fundamentos do pensamento computacional: decomposição, reconhecimento de padrões, abstração e algoritmos. introdução à lógica de programação aplicada à educação. uso de ferramentas e plataformas visuais voltadas ao público infantojuvenil. noções básicas de robótica educacional e cultura maker	200
11. Conceitos e aplicações da inteligência artificial no contexto educacional. noções sobre LGPD e inteligência artificial: consentimento, transparência e proteção de dados pessoais	204
12. Cidadania digital e combate ao cyberbullying. tecnologias assistivas	205

Fundamentos da Educação

1. Avaliação escolar e tipos de avaliação	213
2. Processo ensino e aprendizagem.....	219
3. Currículo e planejamento da ação educativa.....	224
4. Psicologia da educação	233
5. Psicologia infantil	234
6. Neurociências e educação	241
7. História da educação.....	248
8. Aspectos filosóficos e sociológicos da educação	255
9. Teorias de aprendizagem e tendências pedagógicas	260
10. Gestão da aprendizagem em sala de aula.....	261
11. Didática do educador contemporâneo e planejamento da ação educativa	269
12. Multidisciplinaridade; pluridisciplinaridade; transdisciplinaridade; interdisciplinaridade	274
13. Educação inclusiva	275
14. Diversidade e direitos humanos	282

15. Educação ambiental.....	284
16. Educação para as relações étnicoraciais	285
17. Relação entre educação e saúde	289
18. Mediação da aprendizagem e didática	290
19. Metodologias ativas.....	297
20. Desafios da educação contemporânea	298
21. Escola do futuro: perspectivas e tendências.....	299
22. Projeto político pedagógico	299
23. Regimento escolar	300
24. Gestão democrática; gestão educacional	304
25. Políticas educacionais	309
26. Formação docente	314
27. Temas contemporâneos transversais.....	323
28. Temas contemporâneos em educação	330
29. Avaliação por competências; aprendizagem por competências.....	346
30. Educação na era digital	348
31. Cultura digital.....	356
32. Cidadania digital	358

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Infantil

1. Desenvolvimento infantil	367
2. Aprendizagem na infância.....	374
3. Teorias educacionais e concepção pedagógica.....	377
4. Currículo e programas	382
5. Acolhimento e adaptação escolar.....	385
6. Dificuldades de aprendizagem.....	390
7. Gestão escolar	394
8. Planejamento da ação educativa na educação infantil.....	396
9. Rotina e organização dos tempos e espaços na educação infantil	399
10. Documentação pedagógica: observação, registros e avaliação	400
11. Brincar na educação infantil; o lúdico na educação infantil; jogos, brincadeiras e cultura da infância	402
12. Saúde, alimentação, higiene e cuidados essenciais para crianças.....	403
13. Projeto político pedagógico	406
14. Histórico, objetivos, resultados alcançados, índices de pobreza no Brasil e no mundo, projetos sociais, legislação	406
15. Relação escola, família e comunidade	412
16. Planejamento da ação educativa	419

17. Inclusão escolar	422
18. Jornada escolar	427
19. Tecnologias digitais na educação infantil; BNCC-computação: etapa educação infantil.....	430
20. Base nacional comum curricular (BNCC) etapa educação infantil	433
21. Cidadania digital	433
22. Letramento digital.....	434

Material Digital

Legislação

1. Constituição federal	3
2. Base nacional comum curricular (BNCC)	32
3. Lei federal 9.394/1996 - lei de diretrizes e bases da educação nacional	77
4. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica	97
5. Decreto federal nº 11.556/2023 - institui o compromisso nacional criança alfabetizada	97
6. Lei federal nº 13.146/2015 - institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência).....	101
7. Decreto nº 6.286/2007 - institui o programa saúde na escola – PSE.....	120
8. Lei nº 11.947/2009 - dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica	121
9. Lei nº 14.113/2020 - regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB)	127
10. Lei federal 8069/1990 - estatuto da criança e do adolescente	142
11. Lei federal 13.257/2016 - marco legal da primeira infância.....	183
12. Decreto federal 12.686/2025 - institui a política nacional de educação especial inclusiva e a rede nacional de educação especial inclusiva	189
13. Lei orgânica municipal	193
14. Lei municipal nº 6.055/2006 - dispõe sobre o regime jurídico e o estatuto dos servidores públicos do município de são leopoldo e dá outras providências.....	221
15. Lei municipal nº 6.573/2008 - estabelece o plano de cargos e carreiras dos trabalhadores em educação - docentes, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências.....	239
16. Lei municipal nº 7.215/2010 - dispõe sobre o desenvolvimento de política “antibullying” por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.....	250
17. Lei municipal nº 8.291/2015 - aprova o plano municipal de educação de são leopoldo e dá outras providências. lei municipal nº 10.325/2025. - institui a política municipal de prevenção ao abandono e evasão escolar, e dá outras providências.....	251

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências,

inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

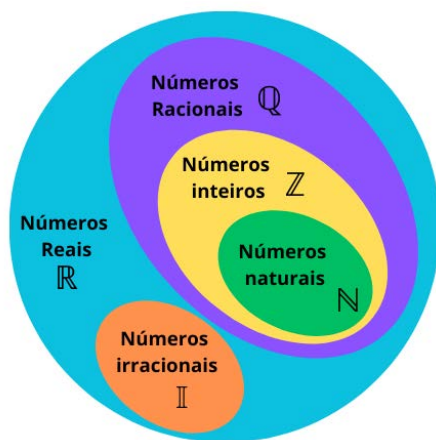
RACIOCÍNIO LÓGICO / MATEMÁTICA

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE RACIOCÍNIO MATEMÁTICO: OPERAÇÕES ENTRE NÚMEROS REAIS

CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS ($\mathbb{R}$)

O conjunto dos números reais, representado por $\mathbb{R}$, é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$\mathbb{R} = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$, sendo $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$ (Se um número real é racional, não irracional, e vice-versa).



Entre os conjuntos números reais, temos:

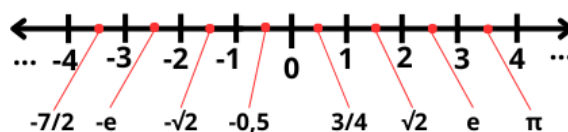
- $\mathbb{R}^* = \{x \in \mathbb{R} | x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.
- $\mathbb{R}^+ = \{x \in \mathbb{R} | x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.
- $\mathbb{R}^{*+} = \{x \in \mathbb{R} | x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.
- $\mathbb{R}^- = \{x \in \mathbb{R} | x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.
- $\mathbb{R}^{*-} = \{x \in \mathbb{R} | x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

Valem todas as propriedades anteriormente discutidas nos conjuntos anteriores, incluindo os conceitos de módulo, números opostos e números inversos (quando aplicável).

► Representação na reta

A representação dos números reais permite estabelecer uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos são maiores que zero, enquanto os negativos são menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números reais, a e b ,

$$a \leq b \Leftrightarrow b - a \geq 0$$



► Operações com Números Relativos

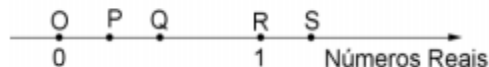
Adição e Subtração

- Quando os numerais possuem o mesmo sinal, adicione os valores absolutos e conserve o sinal.
- Se os numerais têm sinais diferentes, subtraia o numeral de menor valor e atribua o sinal do numeral de maior valor.

Multiplicação e Divisão

- Se dois números relativos têm o mesmo sinal, o produto e o quociente são sempre positivos.
- Se os números relativos têm sinais diferentes, o produto e o quociente são sempre negativos.

Exemplo 1: Na figura abaixo, o ponto que melhor representa a diferença $\frac{3}{4} - \frac{1}{2}$ na reta dos números reais é:



- (A) P.
(B) Q.
(C) R.
(D) S.

Resolução:

$$\frac{3}{4} - \frac{1}{2} = \frac{3-2}{4} = \frac{1}{4} = 0,25$$

Resposta: A.

Exemplo 2: Considere m um número real menor que 20 e avalie as afirmações I, II e III:

I- $(20 - m)$ é um número menor que 20.

II- $(20 m)$ é um número maior que 20.

III- $(20 m)$ é um número menor que 20.

É correto afirmar que:

A) I, II e III são verdadeiras.

B) apenas I e II são verdadeiras.

C) I, II e III são falsas.

D) apenas II e III são falsas.

Resolução:

I. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.

II. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.

III. Falso, pois m é Real e pode ser positivo.

Resposta: C.

► Intervalos reais

O conjunto dos números reais possui subconjuntos chamados intervalos, determinados por meio de desigualdades. Dados os números a e b , com $a < b$, temos os seguintes intervalos:

▪ **Bolinha aberta:** representa o intervalo aberto (excluindo o número), utilizando os símbolos: $>$; $<$ ou $] ; [$

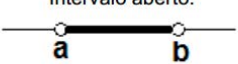
▪ **Bolinha fechada:** representa o intervalo fechado (incluindo o número), utilizando os símbolos: $\geq$; $\leq$ ou $[;]$

Podemos utilizar $()$ no lugar dos $[]$ para indicar as extremidades abertas dos intervalos:

▪ $[a, b[= (a, b)$;

▪ $]a, b] = (a, b)$;

▪ $]a, b[= (a, b)$.

Representação na reta real	Sentença matemática	Notações simbólicas	
Intervalo aberto: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x < b\}$	$]a, b[$	(a, b)
Intervalo fechado: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x \leq b\}$	$[a, b]$	$[a, b]$
Intervalo semi-aberto à direita: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x < b\}$	$[a, b[$	$[a, b)$
Intervalo semi-aberto à esquerda: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x \leq b\}$	$]a, b]$	$(a, b]$

▪ Em algumas situações, é necessário registrar numericamente variações de valores em sentidos opostos, ou seja, maiores ou acima de zero (positivos), como as medidas de temperatura ou valores em débito ou em haver, etc. Esses números, que se estendem indefinidamente tanto para o lado direito (positivos) quanto para o lado esquerdo (negativos), são chamados números relativos.

▪ O valor absoluto de um número relativo é o valor numérico desse número sem levar em consideração o sinal.

▪ O valor simétrico de um número é o mesmo numeral, diferindo apenas no sinal.

INFORMÁTICA

FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIAS DIGITAIS: CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE

Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.

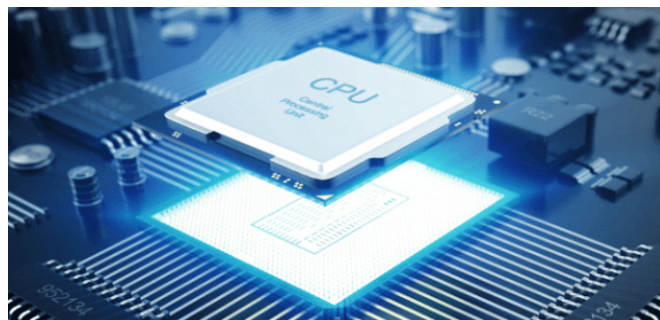


Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer

os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

Placas de vídeo

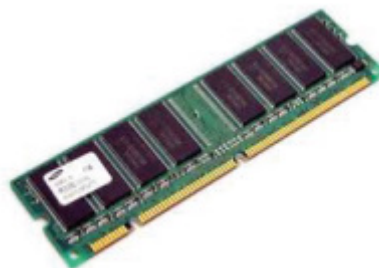
São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

Memória ROM

Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

Memória cache

Esta é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).

Barramentos

Os barramentos são componentes críticos em computadores que facilitam a comunicação entre diferentes partes do sistema, como a CPU, a memória e os dispositivos periféricos. Eles são canais de comunicação que suportam a transferência de dados. Existem vários tipos de barramentos, incluindo:

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

AValiação ESCOLAR E TIPOS DE AValiação

A avaliação educacional é um processo sistemático e contínuo de coleta, análise e interpretação de informações sobre o desempenho dos alunos, das instituições e dos sistemas de ensino. Seu objetivo é fornecer subsídios para a tomada de decisões pedagógicas, administrativas e políticas, visando à melhoria da qualidade da educação.

Ela transcende a simples verificação de conteúdos assimilados, buscando compreender o desenvolvimento integral do estudante, o impacto das práticas pedagógicas e a efetividade das políticas educacionais. Portanto, a avaliação educacional envolve múltiplas dimensões — cognitiva, afetiva e social —, além de abarcar diferentes níveis: sala de aula, escola e sistema.

Avaliação como parte do processo educativo:

A avaliação educacional está intrinsecamente ligada ao processo de ensino-aprendizagem. É por meio dela que se identifica o grau de domínio dos objetivos propostos, as dificuldades dos estudantes e a eficácia das estratégias adotadas pelo professor. Nesse sentido, ela se configura como um instrumento de regulação do processo educativo.

Ela deve, portanto, ser contínua e formativa, permitindo ajustes ao longo do percurso educacional. A prática avaliativa deve ser orientada por princípios de equidade, justiça e inclusão, evitando qualquer tipo de viés discriminatório.

Avaliação diagnóstica, formativa e somativa:

Três grandes funções da avaliação são tradicionalmente reconhecidas no campo educacional:

- **Avaliação diagnóstica:** realizada antes ou no início de um processo de ensino, identifica os conhecimentos prévios dos alunos e possíveis lacunas de aprendizagem. Serve de base para o planejamento pedagógico.
- **Avaliação formativa:** ocorre de forma processual e contínua. Tem como foco o acompanhamento da aprendizagem, possibilitando intervenções pedagógicas imediatas. É uma avaliação voltada para a aprendizagem, e não apenas sobre a aprendizagem.
- **Avaliação somativa:** geralmente realizada ao final de uma etapa (bimestre, semestre, ano), visa aferir os resultados obtidos e comparar com os objetivos previamente estabelecidos. É útil para certificar aprendizagens e promover alunos.

Avaliação institucional e sistêmica:

Além da avaliação em sala de aula, a avaliação educacional compreende também:

- **Avaliação institucional:** voltada à análise do funcionamento das escolas, de seus projetos pedagógicos, da gestão escolar e do clima organizacional. Pode ser interna (autoavaliação) ou externa (realizada por órgãos da administração pública ou entidades independentes).
- **Avaliação sistêmica:** envolve a análise do desempenho de redes de ensino (municipais, estaduais ou federal) por meio de testes padronizados aplicados em larga escala. Exemplo disso são as avaliações promovidas pelo INEP (como o SAEB) ou pelas secretarias estaduais (como o SARESP, em São Paulo).

Bases legais da avaliação educacional:

A avaliação é respaldada por marcos legais, como:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que em seu art. 24, inciso V, prevê a verificação do rendimento escolar por meio de avaliação contínua e cumulativa.
- Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação de qualidade e a obrigatoriedade do Estado de garantir a efetividade desse direito.
- Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/2014), que estabelece metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação com base em indicadores avaliativos.

Perspectivas contemporâneas da avaliação:

Atualmente, a avaliação é compreendida não apenas como mecanismo de controle, mas como instrumento de transformação educacional. A valorização da avaliação formativa e participativa, o uso de tecnologias educacionais e a análise contextualizada dos resultados têm sido destacados como caminhos para tornar a avaliação mais democrática e eficaz.

Assim, a avaliação educacional deve ser entendida como uma prática crítica, reflexiva e comprometida com a aprendizagem de todos, servindo de suporte para decisões que garantam a equidade e a justiça social no processo educativo.

FINALIDADES DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA REDE ESTADUAL

A avaliação educacional na rede estadual de ensino possui finalidades amplas e interligadas que visam à melhoria contínua da qualidade da educação pública. Ela cumpre funções diagnósticas, reguladoras, formativas, certificadoras e de prestação de contas, integrando-se ao planejamento pedagógico e à gestão educacional.

► **Diagnóstico das aprendizagens e das condições de ensino**

Uma das principais finalidades da avaliação é diagnosticar a situação da aprendizagem dos estudantes, identificando avanços, dificuldades e lacunas em relação aos objetivos propostos nos currículos estaduais. Com isso, torna-se possível planejar ações pedagógicas mais adequadas e efetivas.

Além disso, a avaliação também possibilita analisar as condições de ensino oferecidas pela escola, tais como a formação dos professores, os recursos didáticos disponíveis, o ambiente escolar e a gestão pedagógica. Esse diagnóstico ampliado orienta intervenções estratégicas para garantir a equidade educacional.

► **Regulação e reorientação de políticas públicas**

No plano da gestão educacional, a avaliação cumpre a função de regular e reorientar políticas públicas, fornecendo evidências para a formulação, revisão e implementação de programas e ações voltadas à melhoria da aprendizagem. Ela subsidia a tomada de decisão em todos os níveis da administração: desde a Secretaria Estadual de Educação até a gestão escolar.

▪ **Exemplo prático:** ao constatar baixos desempenhos em determinada área do conhecimento, a Secretaria pode desenvolver programas de formação continuada específicos para os docentes da rede ou redimensionar o tempo dedicado àquele componente curricular.

► **Promoção da qualidade e equidade**

A avaliação também tem como finalidade assegurar a qualidade da educação pública e a redução das desigualdades educacionais. Ao revelar diferenças de desempenho entre escolas, regiões ou grupos sociais, ela permite o desenvolvimento de políticas focalizadas, voltadas à superação de disparidades históricas no acesso e no sucesso escolar.

No contexto da rede estadual, essa finalidade se alinha aos princípios constitucionais de igualdade e justiça social, sendo instrumentalizada por mecanismos como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e avaliações estaduais padronizadas.

► **Transparência e prestação de contas**

A avaliação educacional também cumpre um papel de transparência pública e accountability (prestação de contas). A divulgação dos resultados obtidos nas avaliações permite que a sociedade acompanhe o desempenho do sistema estadual de ensino, das escolas e da própria gestão pública.

Essa prática fortalece a democracia e incentiva a participação social, ao mesmo tempo em que exige responsabilidade dos gestores quanto ao uso dos recursos e aos resultados obtidos.

► **Certificação e promoção**

Em nível individual, a avaliação serve ainda à certificação de aprendizagens e à promoção dos estudantes, especialmente por meio da avaliação somativa realizada no interior das escolas. Conforme estabelece a Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 24, inciso V, a verificação do rendimento escolar deve ser feita mediante avaliação contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos.

Assim, a avaliação garante a progressão dos alunos ao longo das etapas da educação básica, respeitando seus direitos de aprendizagem definidos nos currículos e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

► **Planejamento pedagógico e institucional**

A avaliação ainda é um importante instrumento de planejamento pedagógico, pois oferece aos professores e gestores escolares informações objetivas sobre os resultados das práticas educativas. A partir da análise dos dados obtidos, é possível ajustar metodologias, reorganizar conteúdos, rever o tempo pedagógico e propor intervenções específicas.

No caso das escolas da rede estadual, muitas utilizam os resultados das avaliações externas (como o SARESP ou avaliações diagnósticas internas) para elaborar seus Planos de Ação, definindo metas e estratégias baseadas em evidências.

► **Formação continuada de professores**

Por fim, uma finalidade estratégica da avaliação é subsidiar a formação continuada dos profissionais da educação. Ao identificar áreas de maior fragilidade no desempenho dos estudantes, as Secretarias de Educação podem estruturar ações formativas voltadas à atualização docente, ao desenvolvimento de competências pedagógicas e ao uso de práticas baseadas em evidências.

A avaliação educacional na rede estadual, portanto, vai muito além da simples mensuração de resultados: ela é parte central de um sistema articulado de garantia do direito à educação de qualidade para todos.

TIPOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS NA REDE ESTADUAL

A rede estadual de ensino adota uma variedade de tipos de avaliação que, integrados, contribuem para a promoção da qualidade educacional, o acompanhamento das aprendizagens e a gestão pedagógica eficaz. Esses tipos incluem avaliações internas (realizadas pelas escolas) e avaliações externas (organizadas pelos órgãos centrais), com objetivos complementares e metodologias distintas.

► **Avaliação interna: no contexto da escola**

A avaliação interna é aquela planejada e executada no âmbito da escola, como parte do processo pedagógico. Ela contempla diferentes formatos, instrumentos e momentos da prática docente, assumindo três funções principais:

Avaliação diagnóstica

Realizada no início do ano letivo ou de uma nova unidade de conteúdo, tem como finalidade identificar o nível de conhecimento prévio dos estudantes e orientar o planejamento do professor. Na rede estadual, é comum que essa avaliação ocorra nos primeiros dias do calendário escolar.

Avaliação formativa:

Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem. Visa monitorar continuamente o progresso dos estudantes, permitindo a identificação precoce de dificuldades e a realização de intervenções pedagógicas. Pode envolver atividades como observações, trabalhos, autoavaliações e devolutivas frequentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS, CONCEPÇÕES, FINALIDADES E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DOS ANOS INICIAIS

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NOS ANOS INICIAIS

A Educação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) representa uma das etapas mais sensíveis e fundamentais na trajetória escolar de uma criança. É nesse momento que se constroem as bases cognitivas, afetivas e sociais que sustentarão a aprendizagem ao longo de toda a vida. Essa etapa da Educação Básica é marcada pelo processo de alfabetização e letramento, pela introdução sistemática ao conhecimento científico, e pela consolidação de valores sociais e culturais indispensáveis à formação cidadã.

A legislação brasileira, especialmente a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo o acesso e a permanência com qualidade no ensino fundamental, que é obrigatório e gratuito dos 6 aos 14 anos de idade. Os Anos Iniciais, portanto, inserem-se nesse arcabouço legal como a porta de entrada para o percurso escolar formal, com a responsabilidade de assegurar aprendizagens essenciais e desenvolver competências que permitirão à criança continuar aprendendo.

Esse período também se destaca por sua relevância na promoção da equidade. A escola dos Anos Iniciais deve se constituir como um espaço inclusivo, que acolhe a diversidade e oferece oportunidades reais de aprendizagem a todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconômica, cultural, étnico-racial ou de condições específicas de aprendizagem. A valorização da infância e a escuta sensível às necessidades dos alunos são elementos centrais na atuação docente nessa fase.

Ao compreender a complexidade e a importância dessa etapa, é fundamental que os profissionais da educação — sobretudo professores, coordenadores e gestores — dominem os fundamentos, concepções, finalidades e princípios que orientam a Educação nos Anos Iniciais.

FUNDAMENTOS LEGAIS, HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS

Os fundamentos da Educação nos Anos Iniciais estão ancorados em marcos legais e filosóficos que estabelecem sua natureza, função social e obrigatoriedade. No plano legal, destaca-se inicialmente a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 205 estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração

da sociedade”, e no art. 208, inciso I, determina que o Estado deve garantir “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”.

A LDB (Lei nº 9.394/96) regula o sistema educacional brasileiro e dedica o Título V à Educação Básica, definindo o Ensino Fundamental como etapa obrigatória e com duração de 9 anos. O art. 32 da LDB explicita os objetivos dessa etapa, entre os quais se destacam o desenvolvimento da capacidade de aprender, a compreensão do ambiente natural e social, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca.

Outros documentos fundamentais incluem o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), que reforça a educação como direito social e garante prioridade absoluta às crianças; e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento normativo que define aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas ao longo das etapas da Educação Básica.

No campo filosófico, a educação nos Anos Iniciais é compreendida como um instrumento de emancipação e desenvolvimento humano. Influências do pensamento iluminista, da pedagogia progressista (Paulo Freire), do construtivismo (Piaget) e da abordagem histórico-cultural (Vygotsky) estão presentes nas práticas pedagógicas orientadas por uma visão integral da criança como sujeito de direitos.

Historicamente, o Brasil passou por um processo de ampliação do acesso à educação fundamental a partir da década de 1990, com a universalização do ensino. No entanto, os desafios de qualidade, permanência e equidade ainda se colocam, especialmente nos Anos Iniciais. Por isso, é necessário compreender esses fundamentos como base para uma atuação docente crítica e comprometida com a transformação social.

Concepções Pedagógicas da Educação dos Anos Iniciais

A concepção pedagógica adotada em uma instituição de ensino influencia diretamente as práticas docentes, o currículo, a organização da rotina e as formas de avaliação. Na educação dos Anos Iniciais, diferentes correntes pedagógicas coexistem ou disputam espaço ao longo da história e nas políticas públicas. As mais relevantes são: tradicional, tecnicista, construtivista e histórico-cultural.

A pedagogia tradicional ainda é encontrada em muitas escolas, caracterizada pela centralidade do professor como transmissor de conteúdos e do aluno como receptor passivo. O foco é na memorização e repetição, com avaliações centradas na prova escrita. Essa abordagem, embora ainda presente, é considerada limitada para o desenvolvimento integral da criança.

A pedagogia tecnicista, influente na década de 1970, aplica princípios da administração científica e da psicologia comportamental ao ensino. Valoriza a eficiência, o rendimento e a mensuração de resultados. Apesar de contribuir para a organização do sistema educacional, apresenta limitações quanto à formação crítica dos estudantes.

A pedagogia construtivista, baseada na obra de Jean Piaget, entende o aluno como sujeito ativo da aprendizagem. O conhecimento é construído pela interação com o meio, respeitando os estágios do desenvolvimento cognitivo. O professor atua como mediador e planejador de situações didáticas desafiadoras. Essa concepção influencia fortemente as políticas educacionais brasileiras a partir da década de 1990.

Já a abordagem histórico-cultural, baseada nos estudos de Vygotsky, destaca a importância da interação social e da linguagem no processo de aprendizagem. A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é um conceito central, enfatizando que o ensino deve antecipar o desenvolvimento por meio da mediação e do apoio ao aluno. Essa perspectiva dialoga profundamente com os princípios da BNCC e da educação inclusiva.

Atualmente, as políticas curriculares brasileiras, como a BNCC, orientam-se por uma concepção construtivista e sociointeracionista, que valoriza o protagonismo infantil, a diversidade cultural e os saberes do território, promovendo um ensino mais significativo e contextualizado.

Finalidades da Educação nos Anos Iniciais

As finalidades da Educação dos Anos Iniciais vão muito além da alfabetização. De acordo com a LDB (art. 32) e a BNCC, essa etapa tem como objetivo garantir o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, emocionais, sociais, cognitivos e culturais.

Entre as principais finalidades, destacam-se:

- **Alfabetização e letramento:** assegurar que, ao final do 2º ano, os alunos estejam alfabetizados, conforme a meta do Plano Nacional de Educação (PNE). Isso inclui o domínio da leitura, da escrita e do sistema de numeração decimal.
- **Desenvolvimento de competências cognitivas:** introdução à lógica matemática, ciências naturais, história e geografia, de forma lúdica e contextualizada.
- **Formação para a cidadania:** promover valores éticos, convivência democrática, respeito à diversidade e consciência ambiental.
- **Iniciação científica e cultural:** incentivar a curiosidade, a criatividade, o pensamento crítico e a valorização das manifestações artísticas e culturais.
- **Promoção da equidade:** garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais, possam aprender e se desenvolver plenamente.

A BNCC estrutura-se em 10 competências gerais, que orientam todo o currículo da Educação Básica e são desdobradas em competências específicas por área. Isso demonstra a visão ampliada de educação como desenvolvimento de saberes, habilidades, atitudes e valores integrados.

Princípios Norteadores da Educação nos Anos Iniciais

A Educação nos Anos Iniciais deve estar ancorada em princípios que sustentam uma prática pedagógica democrática, inclusiva e comprometida com a aprendizagem de todos. Tais princípios estão previstos na legislação educacional e em documentos como a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

Os principais princípios norteadores incluem:

- **Inclusão e equidade:** garantir o direito de aprender a todos os estudantes, com respeito às diferenças e superação das desigualdades.
- **Valorização da diversidade:** considerar as diferentes culturas, histórias, formas de ser e aprender dos alunos, construindo um currículo significativo e plural.
- **Gestão democrática:** participação da comunidade escolar nas decisões pedagógicas e administrativas.
- **Ensino significativo:** conectar os conteúdos escolares à realidade dos alunos, promovendo aprendizagens contextualizadas.
- **Ética e cidadania:** desenvolver atitudes de respeito, solidariedade, cooperação e justiça.
- **Autonomia e protagonismo:** fomentar a capacidade dos alunos de tomar decisões, resolver problemas e agir com responsabilidade.
- **Formação integral:** abordar os aspectos cognitivos, emocionais, físicos, sociais e culturais do desenvolvimento infantil.

Esses princípios não são apenas ideais abstratos; eles devem orientar todas as escolhas pedagógicas — do planejamento à avaliação — e ser vivenciados cotidianamente nas relações entre professores, alunos, famílias e comunidade.

DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS; TEÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM; PSICOLOGIA INFANTIL

A Psicologia da Educação estuda o comportamento do ser humano no ambiente educacional, na busca pela compreensão acerca do funcionamento do processo de ensino e aprendizagem e no aprofundamento da investigação sobre as dificuldades de aprendizagem, criando ferramentas e estratégias com a finalidade de melhorar os processos de ensino, orientando professores e promovendo a inclusão.

► Comportamentalismo

O Comportamentalismo (Behaviorismo) é uma teoria psicológica baseada no estudo do comportamento humano a partir de estímulos, buscando entender a forma de resposta a esses estímulos, dentro do contexto em que o indivíduo está inserido. Podemos, portanto, destacar três aspectos centrais dessa teoria:

- 1 – Ênfase no indivíduo;
- 2 – Atenção ao comportamento organizacional e nos processos de trabalho;
- 3 – O estudo comportamental.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!